

4

A identidade discursiva da narrativa historiográfica como categoria da representância

Uma configuração textual tem, pois, uma função mimética¹⁶², que é, para Paul Ricoeur, a função de configurar a práxis humana e o meio pelo qual se reconfigura a experiência humana. Os atos do discurso têm esta dupla função: articular nossa experiência por meio de estruturas inteligíveis, simbólicas e temporais; configurar nossa experiência por meio de composições textuais. São, pois, em nossos atos de discurso, sejam orais sejam escritos, que inventamos intrigas, resignificamos nossa experiência comum, que é a vida.

Em *Tempo e narrativa*, a tese de Paul Ricoeur é de que as intrigas que inventamos é um meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa práxis e o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo da experiência temporal.¹⁶³ Conforme já assinalamos, há uma estreita correlação entre a atividade dialética de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, donde a tese da reciprocidade entre narratividade e temporalidade, de Paul Ricoeur. Para nossa pesquisa, interessa-nos o modo como a dialética da tríplice *mimese* (narratividade), aplicada à narrativa histórica, responde ao problema de identidade narrativa de um discurso historiográfico. Antes, porém, do estudo da narratividade, e da narratividade histórica, apresentaremos sumariamente, primeiro, a estrutura de *Tempo e narrativa*, e, segundo, o recorte que fazemos.

A obra tem quatro partes. Na primeira parte, “*O círculo entre narrativa e temporalidade*”, esclarecem-se os pressupostos principais da tese de que o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal (narratividade e temporalidade), a saber, “*que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente*

¹⁶² Ver nota 20.

¹⁶³ *TNI*, p. 15.

acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural".¹⁶⁴ Na segunda parte, "*A história e a narrativa*", trata-se do tempo configurado pela narrativa histórica. Defende-se que a historiografia se inscreve no círculo mimético, ou seja, a historiografia enraíza-se na competência pragmática, configura-se no campo prático e pode contribuir para a recapitulação da existência humana. A tese principal desta segunda parte é a tese da derivação indireta do saber histórico a partir da inteligência narrativa¹⁶⁵, ou seja, a tese de que conhecemos o passado histórico indiretamente. Trata-se de uma análise preparatória à tese central (IV parte) de que a refiguração do tempo pela narrativa histórica é uma obra conjunta da narrativa histórica e da narrativa de ficção. Nessa segunda parte, discorre-se sobre o laço indireto epistemológico entre historiografia e competência narrativa. Na terceira parte, "*A configuração do tempo na narrativa de ficção*", trata-se do tempo configurado pela narrativa de ficção. Defende-se que, à semelhança da historiografia, a narratologia se inscreve no círculo mimético, ou seja, a narratologia enraíza-se na competência pragmática, configura-se no campo prático e pode contribuir na maneira de habitar o mundo. Trata-se de homologia, do ponto de vista epistemológico, entre as análises das operações de configuração no plano da narrativa histórica e no plano da narrativa de ficção.¹⁶⁶ Na quarta parte, "*O tempo narrado*", trata-se da explicitação de que o ato de configuração narrativa seja da narrativa histórica seja da narrativa de ficção, mediada pela leitura¹⁶⁷, se encerra numa refiguração da experiência temporal. No bojo dessa explicitação, entrecruzam-se historiografia, narratologia e fenomenologia da consciência do tempo: na primeira seção, trata-se da aporética da temporalidade; na segunda seção, trata-se do estatuto ontológico da refiguração do tempo na narrativa e sua refiguração pela narrativa. Segundo Paul Ricoeur, a refiguração do tempo pela narrativa oferece às aporias do tempo uma réplica de uma poética da narrativa.

A questão que nos ocupa é qual é a representação (identidade) da referência da experiência vivida dada pela narrativa historiográfica? Por conta

¹⁶⁴ Idem, p. 85. Reciprocidade entre narratividade e temporalidade (círculo saudável) – "*o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado do modo narrativo; a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.*" (I, 15)

¹⁶⁵ O mesmo que dialética da explicação e da compreensão.

¹⁶⁶ *TN II*, p. 282.

¹⁶⁷ Dialética da distanciação e da apropriação.

dessa questão, ocupar-nos-emos em *Tempo e narrativa* do modelo de tríplice *mimese* e sua aplicação à forma de discurso narrativo histórico, ou seja, a *mimesis* no discurso narrativo historiográfico. Por conseguinte, orientar-nos-ão, sobretudo, *Tempo e narrativa – a tríplice mimese*, o terceiro capítulo da primeira parte do primeiro tomo, no qual se nos apresenta a trilogia mimética (Figura I – I, 85 – 131), *A história e a narrativa*, a segunda parte do primeiro tomo, na qual se ocupa de fenômenos da composição textual da historiografia (Figura 2 – I, 133 – 327), e *Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico* e *A realidade do passado histórico*¹⁶⁸, o primeiro e o terceiro capítulos da segunda seção *Poética da narrativa: história, ficção, tempo* do terceiro tomo, nos quais se evidencia a identidade narrativa da referência da historiografia, sobretudo (Figura 3).¹⁶⁹

Figura 1

Modelo de tríplice *mimese*

<i>Mimese</i> I: pré-compreensão do mundo e da ação	Prefiguração do campo prático	Tempo prefigurado
<i>Mimese</i> II: composição da intriga	Configuração textual	Tempo configurado
<i>Mimese</i> III	Refiguração pela recepção da obra	Tempo refigurado

¹⁶⁸ *TN III*, pp. 179–216; 241–271.

¹⁶⁹ Nos referidos capítulos de 1 a 5, da seção *Poética da narrativa: história, ficção, tempo* do terceiro tomo, encontra-se o escalonamento da hipótese da segunda seção *Poética da narrativa: história, ficção e tempo*, a saber, que a chave do problema da refiguração reside na maneira como a história e a ficção, tomadas conjuntamente, oferecem às aporias do tempo reveladas pela fenomenologia do tempo a réplica de uma poética da narrativa. Para Paul Ricoeur, o tempo humano procede do entrecruzamento da referência entre ficção e história no meio do agir e do padecer. No capítulo *Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico*, trata-se da capacidade da historiografia de refigurar o tempo pela invenção e pelo uso de certos instrumentos de pensamento, tais como o calendário, a idéia de seqüência das gerações e do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores e pelo recurso a arquivos, documentos e rastros. No capítulo *A realidade do passado histórico*, trata-se da questão da *representância* do

Figura 2Modelo de tríplice *mimese* aplicado à narrativa historiográfica

<i>Mimese I</i>	<i>Mimese II</i>	<i>Mimese III</i>
Competência pragmática	II parte: A <i>intencionalidade narrativa</i>	IV parte: 2. ^a seção – Capítulos I, II, III, IV e V
Competência de base: tempo da narrativa e tempo da ação	Intencionalidade histórica Laço de derivação indireta das configurações narrativas	Verdade em história (referência)
<i>“Também ela, mas de modo derivado, enraíza-se na competência pragmática, com seu manejo dos acontecimentos que ocorrem ‘no’ tempo, segundo nossa descrição de mimese I...”</i> (TN I, p. 135)	<i>“... também configura o campo prático, por intermédio das construções temporais de nível superior que a historiografia inscreve no tempo da narrativa, característico de mimese II...”</i> (TN I, p. 135)	<i>“... ela também realiza finalmente seu sentido na refiguração do campo prático e contribui para a recapitulação da existência no qual culmina mimese III.”</i> (TN I, p. 135)
	Operações de configuração – caráter dinâmico da operação de configuração, primado da ordem sobre a sucessão, competição entre concordância e discordância, esquematização pela narração das generalidades em forma de lei, concorrência entre sedimentação e inovação na formação das tradições ao longo do desenvolvimento das ciências históricas (I, 325)	

passado “real”, ou seja, que estamos querendo dizer quando afirmamos que algo “realmente” aconteceu?

Figura 3

Identidade narrativa da historiografia		
<i>Mimese I</i>	<i>Mimese II</i>	<i>Mimese III</i>
Competência pragmática	II parte: A <i>intencionalidade narrativa</i>	IV parte: 2. ^a seção – Capítulos I, II, III, IV e V
Competência de base: tempo da narrativa e tempo da ação	Intencionalidade histórica Laço de derivação indireta das configurações narrativas	Verdade em história (referência) Estatuto de verdade do passado histórico como tendo sido
“ <i>Também ela, mas de modo derivado, enraíza-se na competência pragmática, com seu manejo dos acontecimentos que ocorrem ‘no’ tempo, segundo nossa descrição de mimese I...</i> ” (TN I, p. 135)		“ <i>... ela também realiza finalmente seu sentido na refiguração do campo prático e contribui para a recapitulação da existência no qual culmina mimese III.</i> ” (TN I, p. 135)

Conforme explicitamos na introdução [1.2.], a tese de que a identidade narrativa do tempo narrado se dá no entrecruzamento da identidade da historiografia e da identidade da narratologia é precedida pelas análises da *categoria da representância* e da *categoria da significância*, respectivamente identidade narrativa da historiografia e identidade narrativa da narratologia. Nosso interesse é na *categoria da representância*, como identidade narrativa da historiografia. Paul Ricoeur, primeiro, criou o modelo de tríplice *mimese*, e, segundo, aplicou seu modelo às narrativas historiográfica e narratológica, levando a termo o desenvolvimento da dialética da narratividade.

Feitas as apresentações da estrutura da obra e de nosso recorte, abre-se uma nova etapa de nossa investigação. Nosso objetivo é verificar de que maneira

o modelo de tríplice *mimese* aplicado à narrativa historiográfica responde ao problema de identidade narrativa da historiografia literária (capítulo 5). Este capítulo visa pôr diante dos olhos o modelo de tríplice *mimese* aplicado à narrativa historiográfica, enquanto nos ajuda, por conseguinte, a aplicá-lo a uma narrativa historiográfica literária brasileira. Para tanto, este capítulo terá duas partes: na primeira, estudaremos o modelo de tríplice *mimese*; na segunda, estudaremos os traços estruturais, simbólicos e temporais, constitutivos da pré-compreensão do mundo e da ação, nos quais se enraíza a narrativa histórica como composição textual e, finalmente, a identidade narrativa da historiografia como *dialética da representância*.

4.1.

O modelo de tríplice *mimese*

A tese de Paul Ricoeur é a de que há reciprocidade entre narratividade e temporalidade, ou seja, “*o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal*.”¹⁷⁰ Conforme assinalamos, nesta assertiva se engendra o encadeamento dos três estágios da *mimese*, donde provém seu círculo hermenêutico entre narratividade e temporalidade. Interessa-nos aqui o modelo de tríplice *mimese*.

A assertiva *qualquer obra narrativa* evoca as obras do discurso.¹⁷¹ Isso se torna importante na medida em que Paul Ricoeur entende obra do discurso a historiografia e a narratologia.¹⁷² Noutra parte, tivemos oportunidade de aprofundar que o tecer da intriga acontece nos atos de discurso, isto é, na oralidade e na escritura. Ora, assim como a dialética do sentido e da referência são mediações da linguagem como atos de discurso, que são condições de possibilidades dos fenômenos da escrita e da leitura, que são mediações de novos atos de discurso, de escritura e de leitura, a composição textual historiográfica e a composição textual narratológica são mediações da linguagem como atos de discurso, que são intrigas. Essas mediações estão consignadas na unidade dialética

¹⁷⁰ *TN I*.

¹⁷¹ Autobiografias, biografias, romances, ficção, ensaios e outros gêneros.

¹⁷² Ainda não se considera a bifurcação fundamental entre narrativa histórica – historiografia – e narrativa de ficção – narratologia –, haja vista o plano de estrutura interna do discurso e o plano de pretensão à verdade, ou seja, a unidade dialética do evento e da significação e da dialética do sentido e da referência.

da tríplice *mimese*. A tese de Paul Ricoeur é de que existe na atividade de narrar uma atividade dinâmica dialética.¹⁷³ Tal dinâmica dialética é desmembrada, analiticamente, em três momentos de *mimese*, denominados por ele *mimese I*, *mimese II* e *mimese III*.

Em *Tempo e narrativa*¹⁷⁴, o esboço reduzido da tríplice *mimese* é apresentado no terceiro capítulo da primeira parte. Trata-se do processo concreto pelo qual a configuração textual faz mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. Esse processo acontece nos três momentos da *mimese*, denominado *mimese I*, *mimese II* e *mimese III*. A *mimese I* diz respeito à pré-compreensão do mundo e da ação; a *mimese II* diz respeito à configuração textual; e a *mimese III* diz respeito à refiguração da experiência temporal. Nesse esboço reduzido da tríplice *mimese* tanto o discurso histórico quanto o discurso ficcional são tratados como discurso narrativo (narratividade). A consideração explícita, primeiro, da bifurcação, e, segundo, da complementaridade do discurso narrativo, entre narrativa histórica e narrativa ficcional, é objeto de investigação na segunda, na terceira e quarta partes. Do ponto de vista epistemológico (quanto à estrutura interna do discurso), a segunda parte do primeiro tomo corresponde à configuração da pré-compreensão e da ação histórica e todo o segundo tomo corresponde à configuração da práxis na narrativa de ficção. Do ponto de vista ontológico (quanto à pretensão de verdade do discurso), o terceiro tomo corresponde ao estatuto referencial de ambos os

¹⁷³ RICOEUR, *O texto como identidade dinâmica*, pp. 117–129.

¹⁷⁴ O *Tomo I de Tempo e narrativa* teve sua primeira edição em francês em 1983, pela Éditions du Seuil; porém, a temática *mimesis* e representação, bem como conhecimento e compreensão histórica, já haviam sido objetos de conferências, congressos e outras produções de Paul Ricoeur, conforme se lê em ensaios publicados: RICOEUR, Paul. *The Human Experience of Time and Narrativity*. Research in Phenomenology (papers presented at the international Colloquium on Phenomenology and the Human Sciences at Duquesne University, 1978) 9 (1979), 17–34; RICOEUR, *La fonction narrative*, pp. 209–230; _____. *The Contribution of French Historiography to the Theory of History* (The Zaharoff Lecture for 1978–1979). Oxford, Clarendon Press, New York, Oxford University Press, 1980, 1–65; _____. *La fonction narrative et l'expérience humaine du temps*, pp. 343–367; _____. *Pour une théorie du discours narratif*. In *La narrativité* (Phénoménologie et herméneutique). Recueil préparé sous la direction de Dorian Tiffeneau. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1980, pp. 1–68; _____. *Récit fictif – récit historique*. In *La narrativité* (Phénoménologie et herméneutique). Recueil préparé sous la direction de Dorian Tiffeneau. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1980, pp. 251–271; _____. *Mimésis et représentation*. Strasbourg: Université des Sciences Humaines de Strasbourg. Faculté de Philosophie, 1982, pp. 51–63; _____. *L'éclipse de l'événement dans l'historiographie française moderne*. In *La philosophie de l'histoire et la pratique historique d'aujourd'hui*. Philosophy of History and contemporary Historiography (Philosophica, 23). Edited par/edited by D. Carr, W. Dray et d'autres. Ottawa, Editions de l'université d'Ottawa – The University of Ottawa Press, 1982, pp. 159–177.

discursos¹⁷⁵, numa perspectiva hermenêutica da epistemologia histórica e da consciência ou condição histórica.¹⁷⁶

Convém lembrar que a tarefa da hermenêutica é, para Paul Ricoeur, reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra, seja historiográfica, seja narratológica, seja jurídica, seja bíblica, e outras, se eleva da experiência cotidiana (do viver, do agir e do sofrer), para ser dada por um autor implicado a um leitor que a recebe e assim muda sua percepção da vida. A esse conjunto de operações Paul Ricoeur chama de *mimesis I*, *mimesis II* e *mimesis III* (narratividade e temporalidade).

4.1.1.

Mimese I: a pré-compreensão da ação – ato de pré-figuração narrativa

Por que reivindicar para compreensão de *mimesis II* uma gênese do texto que estaria já em *mimesis I*? É porque a *mimesis II* é imitação criativa do agir humano, de sua semântica, de sua simbólica e de sua temporalidade.¹⁷⁷

O fenômeno da *mimese I*¹⁷⁸ é uma pré-compreensão do mundo e da ação, comum ao poeta e a seu leitor, de que imitar ou representar a ação é pré-compreender o que ocorre com o agir humano. Pré-compreender o que ocorre com o agir humano é pré-compreender o que ocorre com sua semântica, com sua simbólica, com seu caráter temporal.¹⁷⁹ A composição textual está enraizada numa pré-compreensão do mundo e numa pré-compreensão da ação, das quais se descrevem três traços: suas estruturas inteligíveis, suas fontes simbólicas e seu caráter temporal. Segundo Paul Ricoeur, é sobre essa pré-compreensão que se ergue a composição textual, e, como a tessitura da intriga, a composição histórica e a composição ficcional (o tecer da intriga histórico e o tecer da intriga ficcional).

O primeiro traço da pré-compreensão do mundo e da ação considerado são suas estruturas inteligíveis. Suas estruturas inteligíveis são as estruturas dos atos de discurso. Nos atos de discurso há uma trama conceitual: as ações implicam

¹⁷⁵ *TN III*, pp. 173–178.

¹⁷⁶ A hermenêutica da epistemologia histórica e da consciência ou condição histórica será amplamente desenvolvida na obra *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

¹⁷⁷ RICOEUR, *Mimésis et représentation*, pp. 51–53; *TN I*, pp. 88–101.

¹⁷⁸ *TN I*, pp. 88–101.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 101.

fins; as ações remetem a motivos; as ações têm agentes, que agem em dadas circunstâncias; as ações implicam interação, com vistas a resultado. Segundo Paul Ricoeur,

*“em suma, esses termos ou outros aparentados sobrevêm nas respostas às questões que podem ser classificadas em questões sobre o ‘que’, o ‘por que’, o ‘quem’, o ‘como’, o ‘com’ ou o ‘contra quem’ da ação. Mas o fato decisivo é que empregar de modo significativo um ou outro desses termos, numa situação de questão e resposta, é ser capaz de ligá-los a qualquer outro membro do mesmo conjunto. Nesse sentido, todos os membros do conjunto estão numa relação de intersignificação. Dominar a trama conceitual no seu conjunto, e cada termo na qualidade de membro do conjunto, é ter a competência que se pode chamar de compreensão prática.”*¹⁸⁰

Os atos de discurso, assim entendidos, estão em relação com o modo de agir. O modo de agir pressupõe da parte dos interlocutores uma familiaridade com os atos de discurso, tais como fim, meio, agente, circunstância, cooperação, conflito. Os atos de discurso e as ações são os traços que engendram a composição textual. O narrador e seu auditório possuem uma familiaridade com os termos da composição textual, tais como fim, meio, agente, circunstância, cooperação, conflito. Isso porque os traços discursivos e práticos assumem forma gramatical¹⁸¹, conforme tratamos ao mencionar a passagem do paradigmático para o sintagmático - a linguagem como escritura [3.2.] e trataremos na *mimese* II, ou seja, na composição textual [4.1.2.].

O segundo traço da pré-compreensão do mundo e da pré-compreensão da ação considerado reside nos recursos simbólicos do campo prático. Os recursos simbólicos são os traços que vão comandar quais aspectos do fazer, do poder-fazer e do saber-poder-fazer pertencem à transposição poética, ou seja, os costumes, as leis, as normas, os ritos. Segundo Paul Ricoeur, *“se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada.”*¹⁸² Na composição textual, esses recursos simbólicos estão descritos.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 89.

¹⁸¹ Ibidem: p. 90: “são traços sintáticos, cuja função é engendrar a composição das modalidades de discursos dignos de serem chamados de narrativos, quer se trate de narrativa histórica, quer se trate de narrativa de ficção.”; p. 91: “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das tessituras da intrigas.”

¹⁸² Idem, p. 91.

O terceiro traço da pré-compreensão do mundo e da pré-compreensão da ação considerado concerne aos caracteres temporais. A compreensão da ação não se limita a uma familiaridade com a trama conceitual da ação e com suas mediações simbólicas. Em nossas relações, criamos conectores de nosso tempo histórico, tais como o tempo do calendário, a sequência das gerações – contemporâneos, predecessores e sucessores. Expressões como “*contemporâneo a mim*”, “*agora*”, “*ontem*”, “*7.º dia*”, “*geração*”, “*envelhecer juntos*”, “*naquele tempo*” e muitas outras são-nos comuns e cotidianas. Os caracteres temporais estão implicados no dinamismo constitutivo da pré-figuração narrativa:

*“ela o reflete, na medida em que o ato de tecer a tessitura da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, a outra não-cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a tessitura da intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante consiste em ‘considerar junto’ as ações de detalhe ou o que chamamos incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal.”*¹⁸³

Imitar ou representar uma ação é pré-compreender o que ocorre com o agir humano, ou seja, compreender seu sentido, seu simbolismo, sua temporalidade: “*é sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária.*”¹⁸⁴

4.1.2.

Mimese II: configuração textual

O fenômeno da *mimese* II denomina-se uma posição intermediária entre a *mimese* I e a *mimese* III. A *mimese* II tem uma função de mediação, função esta derivada do caráter dinâmico da operação de configuração. A composição textual é tecida graças a esse caráter dinâmico da operação de configuração. O caráter dinâmico de configuração consiste em que a tessitura da intriga já exerce uma função de integração (por isso mediação) entre a pré-compreensão do mundo e do agir humano (*mimese* I) e da pós-compreensão da ordem da ação (*mimese* III). O caráter dinâmico de configuração é constitutiva da composição textual.

¹⁸³ Ibidem, p. 104.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 101.

De um lado, a intriga é mediação devido a seu caráter dinâmico de mediação. A intriga é uma síntese do heterogêneo: primeiro, a tessitura da intriga faz mediação entre os acontecimentos e uma história considerada como um todo. Isso significa que há acontecimentos seriais; porém, uma enumeração de eventos numa ordem serial torna-se uma história (totalidade inteligível). Os eventos que constituem as séries são configuradas numa totalidade pela composição textual, ou seja, “a tessitura da tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração”¹⁸⁵; segundo, a tessitura da intriga compõe juntos fatores tão heterogêneos quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados. Há uma *concordância-discordância*. A configuração dos fatores heterogêneos e discordantes em atividade concordante constitui a própria natureza da composição textual; terceiro, na composição textual, há caracteres temporais próprios: a dimensão episódica e a dimensão configurante. Eles estão implicados no dinamismo constitutivo da configuração narrativa, na medida em que se combinam duas dimensões temporais: uma cronológica, outra não-cronológica (uma linear, outra não-linear).

De outro lado, a síntese do heterogêneo apresenta ora uma dimensão episódica ora uma dimensão configurante. Na dimensão episódica, a composição textual revela-se ao ouvinte ou ao leitor na aptidão de uma história a ser seguida:

*“seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na conclusão. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá à história um ‘ponto final’, o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos.”*¹⁸⁶

Esse caráter dinâmico de que a composição textual é constitutiva faz-a dialética viva: primeiro, porque a dimensão episódica da narrativa puxa o tempo narrativo para o lado da representação linear; segundo, porque a dimensão configurante apresenta traços temporais inversos. Por exemplo, pode-se recontar uma intriga a partir do fim.¹⁸⁷ Na dimensão configurante, a composição textual

¹⁸⁵ Ibidem, p. 103.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 105.

¹⁸⁷ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

apresenta traços inversos ao da dimensão episódica. Inicialmente, o arranjo configurante transforma a sucessão de acontecimentos numa totalidade significativa – *graças a esse ato reflexivo, a intriga inteira pode ser traduzida num ‘pensamento’, que é justamente seu ‘assunto’ ou seu ‘tema’*”¹⁸⁸ –; em seguida, a configuração se impõe à seqüência indefinida dos incidentes o sentido do ponto final. Isso se verifica, sobretudo, no ato de re-contar:

*“é no ato de re-narrar, mais que no de narrar, que essa função estrutural do encerramento pode ser discernida. A partir do momento em que uma história é bem conhecida (...) seguir a história é menos encerrar surpresas ou as descobertas no reconhecimento do sentido vinculado à história considerada como um todo do que apreender os próprios episódios bem conhecidos como conduzindo a este fim.”*¹⁸⁹

De outra maneira ainda, são características do ato de configuração o esquematismo e o tradicionalismo. Chama-se *esquematismo* de função narrativa o fato de que a composição textual engendra uma inteligibilidade mista entre o que já se chamou de a ponta, o tema, o pensamento de história narrada e a apresentação intuitiva das circunstâncias, dos caracteres, dos episódios e das mudanças que produzem o desenlace. Por exemplo, assistimos a um filme. Não queremos contar nem o enredo nem o desfecho do filme; no entanto, queremos comentar a ele em termos de sinopse. Logo, selecionamos episódios, esquematizamos de tal modo que resumimos o filme. Assim também uma crítica literária entendeu a formação da literatura brasileira: selecionaram-se um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel, um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, um mecanismo transmissor.¹⁹⁰ É esse esquematismo que constitui uma tradição. Chama-se *tradicionalismo* a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores do fazer poético. A constituição de uma tradição repousa sobre o jogo da inovação e da sedimentação.¹⁹¹

¹⁸⁸ *TN I*, p. 105.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 106.

¹⁹⁰ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura como sistema*. In Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750–1880). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, pp. 25–27.

¹⁹¹ *TN I*, pp. 107–110.

4.1.3.

Mimese III: refiguração da experiência temporal

O fenômeno da *mimese* III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor.¹⁹² O reconhecimento do mundo configurado pelo poema ou pela história se dá pela leitura. De um lado, os paradigmas da obra estruturam as expectativas do leitor e ajudam-no a reconhecer a regra formal, o gênero; fornecem, enfim, diretrizes para o encontro entre o texto e seu leitor. É o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. É o ato de ler que acompanha o jogo entre a inovação e a sedimentação dos paradigmas que esquematizam a tessitura da intriga. De outro lado, é no ato de ler que o destinatário joga com as coerções narrativas, efetua os desvios. Conforme descrevemos ao tratarmos do fenômeno da interpretação [3.3.3.], o texto comporta buracos, lacunas, zonas de indeterminação e pode até desafiar a capacidade de o leitor configurar por si mesmo a obra. O leitor participa da tessitura da intriga e sobre ela predica. O ato de leitura é, pois, o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da tessitura da intriga. Isso porque retoma e conclui o ato configurante. Há, portanto, interação entre a escrita e a leitura.¹⁹³

Daremos, em seguida, o segundo passo deste capítulo. Estudaremos a aplicação do modelo de tríplice *mimese* à narrativa histórica. Assim, nos ancoradores da historiografia colocaremos em evidência traços estruturais, simbólicos e temporais constitutivos da pré-compreensão do mundo e da ação – compreensão prática (*mimese* I), donde se enraíza a composição textual histórica – , os fenômenos de composição historiográfica (*mimese* II) e a *dialética da representância* como identidade narrativa do discurso historiográfico (*mimese* III).

4.2.

A identidade discursiva da narrativa historiográfica

Paul Ricoeur defende a tese de que tanto as análises consagradas à história quanto as análises consagradas à ficção são procedimentos de refiguração (*mimese*

¹⁹² Idem, p. 110: “a intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e o do mundo no qual a ação efetiva exibe-se e exibe sua temporalidade específica.”

¹⁹³ Ibidem, pp. 107–110. Recordemo-nos de que os traços *esquematização* e *tradicionalismo* caracterizam essa interação.

III). A diferença fundamental entre as análises consagradas à historiografia e as análises consagradas à ficção são as intenções e a referência. Na primeira, a intenção é referir-se a um passado real, ou seja, a um passado efetivamente acontecido; na segunda, a intenção é referir-se a um poder-ser, ou seja, a um futuro possível. Se, de um lado, se abre a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção quanto ao alcance referencial e à pretensão à verdade de cada um dos modos narrativos, de outro lado, ambas as análises são procedimentos de refiguração da experiência humana pela narrativa, seja histórica seja fictícia. De fato, há dissimetrias entre os procedimentos de análise historiográfica e de análise ficcional¹⁹⁴; todavia, ambas tomam como ponto de partida a pré-compreensão do mundo e da ação.

Nossa investigação diz respeito às análises consagradas à historiografia. Como a tese de Paul Ricoeur em sua teoria do discurso narrativo é de que a historiografia se inscreve no círculo mimético - enraíza-se na competência pragmática, configura-se em texto por meio de procedimentos próprios da historiografia, refigura a competência de base e contribui para a recapitulação da existência humana¹⁹⁵ -, impõe-nos reconstruir os três momentos da *mimese* no discurso narrativo da historiografia.

¹⁹⁴ *TN III*, pp. 179–239. Diferentemente do tempo histórico, no tempo fictício, o narrador é artesão de ficção, e, conseqüentemente, sua obra é estatutária da irrealidade da experiência do tempo. Irrealidade, para Paul Ricoeur, significa que as marcas temporais dessa experiência não exigem vinculação a uma única trama espaço-temporal constitutiva do tempo cronológico. Segundo Paul Ricoeur, “*nesse sentido, da epopéia ao romance, passando pela tragédia e pela comédia antigas e modernas, o tempo da narrativa de ficção está livre das coerções que exigem revertê-lo ao tempo do universo.*” (p. 218) Pela ficção, o artesão pode explorar os recursos do tempo fenomenológico, pois a ficção se configura de variações imaginativas. Tomemos, como exemplo, o conto do alagoano Graciliano Ramos, em *Infância*, no qual se configuram um corpo anômalo e uma vila: “*Buíque tinha a aparência de um corpo aleijado: o largo da Feira formava o tronco; a rua da Pedra e a rua da Palha serviam de pernas, uma quase estirada, a outra curva, dando um passo, galgando um monte; a rua da Cruz, onde ficava o cemitério velho, constituía o braço único, levantado; e a cabeça era igreja, de torre fina, povoada de corujas. Nas virilhas, a casa de seu José Galvão resplandecia, com três fachadas cobertas de azulejos, origem do imenso prestígio de meninos esquivos: Osório, taciturno, Cecília, enfezada, e d. Maria, que pronunciava garaça. Na coxa esquerda, isto é, no começo da rua da Pedra, o açude da Penha, cheio da música dos sapos, tingia-se de manchas verdes, e no pé, em cima do morro, abria-se a cacimba da Intendência. Alguns becos rasgavam-se no tronco: um ia ter à lagoa; outro fazia um cotovelo, dobrava para o Cavalo-Morto, areal mal-afamado que findava no sítio de seu Paulo Honório; no terceiro as janelas do Vigário espiavam as da escola pública, alva, de platibanda, regida por um sujeito de poucas falas e barba longa, semelhante ao mestre rural visto anos atrás. Essa aparência me deu a convicção de que todos os professores machos eram cabeludos e silenciosos.*” (RAMOS, Graciliano. *Infância*. 37.^a edição. Rio de Janeiro & São Paulo: Editora Record, 2003, pp. 51–52)

¹⁹⁵ *TN I*, p. 135.

O percurso será, primeiro, explicitar ancoradores nos quais se enraíza uma composição historiográfica (*mimese* I); em seguida, explicitar as fases da operação historiográfica como percurso da investigação epistemológica da composição textual histórica (*mimese* II)¹⁹⁶; e, finalmente, explicitar a *dialética da representância* como identidade da narrativa historiográfica (*mimese* III).

4.2.1.

Os ancoradores da historiografia

A relação entre historiografia e os traços de nossa relação de intersignificação é dupla: é uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. É uma relação de pressuposição na medida em que pressupõe, da parte do narrador e da parte de seu auditório, certa familiaridade com os traços estruturais, simbólicos e temporais da relação de intersignificação. Paul Ricoeur chama a essa familiaridade de *compreensão prática*.¹⁹⁷ É uma relação de transformação na medida em que se acrescentam os traços discursivos escriturais e interpretativos aos traços de compreensão prática. Trata-se dos fenômenos que ocorrem quando o discurso é escrito e interpretado. Nesta relação dos atos de discurso e da ação com a escritura e com a leitura interpretante há transformações.¹⁹⁸

Um dos ancoradores da historiografia presente em nossa compreensão prática é a invenção e o uso de certos instrumentos de pensamento, tais como o calendário, a idéia de seqüência das gerações, a idéia do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores. É notável, pois, o fato de que esses instrumentos de pensamento arrolam nosso tempo histórico, são conectores entre o tempo vivido e o tempo universal.¹⁹⁹ Uma das mediações proposta pela prática historiadora é o tempo de calendário. O tempo de calendário caracteriza-se por constituir o tempo *cronos*. Com um acontecimento fundador, por exemplo – nascimento de Cristo –, determina-se o momento axial, a partir do

¹⁹⁶ Quaisquer composições históricas se operacionalizam em três fases, a saber, fase documentária, fase explicativa e compreensiva, fase representativa.

¹⁹⁷ *TN I*, p. 89.

¹⁹⁸ *Idem*, pp. 90–91.

¹⁹⁹ *TN III*, p. 179: “o lugar do tempo histórico entre o tempo fenomenológico e o tempo que a fenomenologia não consegue constituir, quer o chamemos de tempo do mundo, tempo objetivo ou tempo vulgar.”

qual todos os acontecimentos são datados.²⁰⁰ É possível percorrer o tempo seja do passado para o presente, seja do presente para o passado. Outro exemplo do tempo do calendário é que se estabelecem unidades de medida que servem para denominar intervalos: como o dia, com base numa medida de intervalo entre o nascer e o pôr do sol; como o ano, com base de intervalo definido por uma revolução do Sol e das estações; e como o mês, como base de intervalo entre duas conjunções da Lua e do Sol. Uma outra mediação proposta pela prática historiadora é o fenômeno da sequência das gerações. A substituição das gerações se dá pela continuidade histórica, com o ritmo da tradição e da inovação.²⁰¹ Esse fenômeno afeta a história e o tempo histórico: de um lado, a idéia de geração exprime fatos de vertente biológica - tais como: nascimento, envelhecimento, morte; de outro lado, a idéia de geração exprime fatos de vertente simbólica - tais como pertença à mesma geração, rejuvenescimento e envelhecimento, tempo social, tempo histórico, tempo cultural, tempo longo e curto, figura de ancestrais, ícones. Paul Ricoeur pontua duas conseqüências do papel de conector que a idéia de sequência das gerações exerce: a primeira diz respeito ao lugar dos mortos na escrita da história; a segunda diz respeito à vertente simbólica da idéia dos antepassados e dos sucessores.²⁰²

Um outro ancoradouro da historiografia presente em nossa compreensão prática é o recurso a documentos. Insere-se nos documentos uma variedade enorme de escritos (leis, bulas pontificais, atos reais, minutas notariadas, biografais, obras literárias, jornais e revistas, cartas, relatórios, escritos autobiográficos, escritos de oficiais, de políticos, de ministros, de funcionários, diplomatas e gerais, fotografias) e não-escritos (instituições, costumes,

²⁰⁰ Outro exemplo, que é objeto tanto da historiografia geral quanto da historiografia literária brasileiras, é a proclamação da república do Brasil, acontecida em 1889. A Proclamação da República Brasileira é o evento, na História do Brasil, que instaurou um novo regime político no país, derrubando a Monarquia. Ocorreu no dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, então capital do país, na praça da Aclamação (hoje Praça da República), quando um grupo de militares do Exército brasileiro, liderados pelo Comandante marechal Deodoro da Fonseca, deu um golpe de estado e depôs o Imperador D. Pedro II. Institui-se então a República, sendo nessa data que o jurista Ruy Barbosa assinou o primeiro decreto do novo regime, instituindo um governo provisório. Lê-se em obras como *O Ateneu*, de Raul Pompéia, em obras literárias de Rui Barbosa, referências a tal fato histórico.

²⁰¹ *TN I*, pp. 106-110; *TN III*, p. 188.

²⁰² *TN III*, p. 195: “a morte, para a história, assume uma significação eminentemente ambígua, em que se misturam a referência à intimidade da mortalidade de cada homem e a referência ao caráter público da substituição dos mortos pelos vivos”... “os antepassados e os sucessores são

tradições, lendas, superstições, línguas, descobertas arqueológicas, monumentos, ambientes, situação econômica e cultural). Decerto, um historiador da sociedade capitalista poderá voltar suas atenções, sobretudo, para documentos escritos como arquivos bancários, estatísticas, pesquisas administrativas no tocante à condição dos trabalhadores, correspondências mercantis e outras, de maneira que os métodos de pesquisa sejam adaptados aos períodos históricos. O documento escrito continua a ser a fonte primordial de informação dos historiadores.

Um outro ancoradouro da historiografia presente em nossa compreensão prática são os acessos aos arquivos, às bibliotecas, aos museus. Para assegurar a conservação seja de bibliotecas, seja de museus, seja de arquivos, há regras de conservação dos documentos e preservação dos patrimônios. Aprende-se até mesmo a manejar os catálogos e os inventários que permitem a orientação no dédalo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus.

Um outro ancoradouro da historiografia presente em nossa compreensão prática são os testemunhos. Gostaríamos de salientar dois aspectos: o primeiro diz respeito à memória dos testemunhos. Deve-se considerar a maneira de observar os acontecimentos e dar-se conta deles, às variações de opiniões e ainda os modos de pensá-los e de senti-los; o segundo diz respeito às correlações. Se, de um lado, há uma atomização dos testemunhos, no sentido de decompô-los em seus menores elementos, de outro lado, há de estabelecer comparações e confrontos.

Um outro ancoradouro da historiografia presente em nossa compreensão prática é o rastro (restos do passado). O rastro é outra mediação ainda proposta pela prática historiadora. Para mostrar que o rastro é esse requisito para a prática historiadora, segundo Paul Ricoeur,

*“basta seguir o processo de pensamento que, partindo da noção de arquivos, depara com a de documento (e, dentre os documentos, com a de testemunho) e, daí, remonta ao seu pressuposto epistemológico último: o rastro, precisamente.”*²⁰³

O fato é que, de posse desses ancoradouros, a análise historiográfica é sustentada por uma intenção de que as construções do historiador sejam

outros, portadores de um simbolismo opaco, cuja figura vem ocupar o lugar de um Outro, completamente Outro, relativamente aos mortais.”

²⁰³ Idem, p. 196.

reconstruções do que um dia foi real.²⁰⁴ Nota-se que a reinscrição do tempo vivido continua sendo a especificidade do modo referencial da historiografia. Trata-se de uma tese realista. A configuração textual historiográfica se enraíza nessa pré-compreensão familiar dos acontecimentos que ocorrem em atos de discursos, em ações, na multiplicidade dos tempos.

A relação entre historiografia e os ancoradores é relação de pressuposição, enquanto os ancoradores (calendário, seqüência de gerações, documentos, arquivos, bibliotecas, museus, testemunhas – traços estruturais, simbólicos e temporais) são pré-compreendidos pelo historiógrafo e pelo leitor e é relação de transformação, enquanto, ao serem escritos e interpretados, sofrem as mutações próprias do fenômeno da comunicação na e pela distância (operatividade da escritura e da leitura).

4.2.2.

Historiografia como composição textual

Conforme vimos em *mimese* II, a composição textual é a operação de transformar acontecimentos ou incidentes individuais e/ou coletivos em uma história considerada como um todo. De um lado, de uma simples sucessão de atos de discurso e de agires surge uma história. A atividade da configuração textual mantém os paradigmas e os traços familiares da relação de intersignificação; de outro lado, há sempre lugar para inovação. Cada composição textual é desviante em relação a outra, é singular, haja vista as mudanças próprias da passagem dos traços paradigmáticos dos atos do discurso e da ação para os traços sintagmáticos da escritura e as inúmeras leituras possíveis. Lembremo-nos, pois, que esse jogo de sedimentação e de inovação interage entre a operatividade da escritura e da leitura. Os traços paradigmáticos consignados nos traços sintagmáticos da escritura ajudam ao leitor a reconhecer indiretamente a história narrada, fornece diretrizes para o encontro entre o texto e seu leitor e, concomitantemente, é no ato

²⁰⁴ A partir de nossa compreensão prática, busca-se o fato histórico. Comumente, entende-se por fato histórico os fenômenos naturais e os fenômenos que acontecem aos homens – os acontecimentos. Cientificamente, há um esforço para definir o que vem a ser fato histórico, que, segundo Jean Glénisson, desemboca em surpreendentes incertezas, de modo que o termo fato histórico perdeu os contornos precisos da historiografia tradicional. A concepção de fato histórico evoluiu nos últimos três séculos. Cf.: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão européia do livro, p. 135; RICOEUR, *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*, p. 1–65.

de ler os traços sintagmáticos que a configuração narrativa é atualizada, inovada, sedimentada, dialeticamente. Trata-se dos fenômenos da interpretação, sobre o qual emerge o novo, o inédito, o ainda não-dito.

À semelhança do capítulo *A linguagem como escritura*, no qual se apresentam os fenômenos da escritura como atos de discurso, devemos, pois, apresentar os fenômenos da historiografia como composição textual. De um lado, colocar-se-á em evidência a passagem da compreensão prática dos acontecimentos, que ocorrem nos atos do discurso, nas ações e nos tempos, à configuração narrativa histórica, ou seja, colocar-se-á em evidência a passagem do paradigmático ao sintagmático; de outro lado, tal passagem patenteia o caráter dinâmico da operação de configuração historiográfica.

Em toda segunda parte de *Tempo e narrativa*, Paul Ricoeur mantém a operação configurante nos limites da *mimese* II, ou seja, da composição textual.²⁰⁵ Todavia, dado seu caráter de mediação, aí já se nos apresentam as expressões de mediação entre a experiência pré-narrativa e a experiência pós-narrativa.²⁰⁶ Como pano de fundo do estudo da composição textual histórica está presente a análise ricoeuriana da relação entre explicação histórica e compreensão narrativa (dialética entre explicação e compreensão), numa perspectiva da hermenêutica do conhecimento histórico, a que nomeia de reflexão de segundo grau sobre as condições últimas de inteligibilidade de uma disciplina que, dada sua intencionalidade histórica, tende a esquecer o laço de derivação indireta do saber histórico.²⁰⁷ Paul Ricoeur investiga a epistemologia da historiografia a partir dos procedimentos explicativos, das entidades construídas pelo historiador e pelo tempo histórico. A investigação sobre a epistemologia da historiografia nesses três níveis tem como pano de fundo a compreensão narrativa. Trata-se da dialética da explicação histórica e da compreensão narrativa. Nesta abordagem, há, pois, uma dupla exigência: fazer justiça à especificidade da explicação histórica (operação

²⁰⁵ Foge à nossa competência e nem é nosso objetivo acompanhar em profundidade o itinerário da análise de Paul Ricoeur. Tratando-se da epistemologia da historiografia pela questão do tempo histórico, nosso hermeneuta analisou *Escritos sobre a história e O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, de Ferdinand Braudel, *Uma outra Idade Média*, de Jacques Le Goff, e outros como Le Goff, François Furet, Michel du Certeau, Paul Veyne.

²⁰⁶ *TN I*, p. 320: “por quase-acontecimento, queremos dizer que a extensão da noção de acontecimento, além do tempo curto e breve, permanece correlativa da extensão semelhante das noções de intriga e de personagem. Há quase-acontecimento onde podemos discernir, mesmo muito indiretamente, muito obliquamente, uma quase-intriga e quase-personagens.”

²⁰⁷ *Idem*, p. 134.

científica); e preservar o pertencer da historiografia ao campo narrativo (operação configurante).²⁰⁸

Dois fenômenos da historiografia como composição textual devem ser considerados: o fenômeno de investigação e explicação histórica e o fenômeno dos laços de derivação indiretos da operação historiográfica. Com esses fenômenos, mostra-se que a historiografia enraíza-se na competência prática, configura-se em texto por meio de procedimentos próprios das ciências historiográficas, refigura a competência de base e contribui para a recapitulação da existência humana.²⁰⁹

4.2.2.1.

O fenômeno de investigação e explicação histórica

O percurso epistemológico das ciências históricas repousa em três fases de operação historiográfica: a primeira fase é a do estado da testemunha, dos arquivos, dos documentos; a segunda fase é a da compreensão e da explicação; a terceira fase é a da representação do passado.²¹⁰

Chama-se fase documentária aquela em que se desenrola da declaração de testemunhas (depoimentos) à constituição dos arquivos e da prova documentária.²¹¹ A declaração das testemunhas trata-se dos depoimentos das testemunhas dos acontecimentos passados. Com o depoimento abre-se o processo de investigação, que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e chega à prova documentária. O processo efetivo de operação historiográfica começa com os depoimentos. O depoimento é originariamente oral. Podem-se citar seis componentes essenciais na declaração das testemunhas: confiabilidade presumida; a asserção da realidade passada é inseparável de sua

²⁰⁸ Ibidem, p. 325: “... caráter dinâmico da operação de configuração, primado da ordem sobre a sucessão, competição entre concordância e discordância, esquematização, competição pela narração das generalizações em forma de lei, concorrência entre sedimentação e inovação na formação das tradições ao longo do desenvolvimento das ciências históricas.”

²⁰⁹ Ibidem, p. 135.

²¹⁰ MHO, pp. 165–301. Toda obra é consagrada ao estudo do fenômeno da representação do passado. Trata-se de três partes delimitadas por tema e método, segundo um percurso orientado para um ritmo ternário. A primeira parte é consagrada à fenomenologia da memória; a segunda parte é dedicada à epistemologia do conhecimento histórico; a terceira parte culmina numa meditação crítica do ponto de vista de uma hermenêutica da condição histórica. Nossa leitura se deterá em partes dos dois primeiros capítulos da epistemologia da história. Os capítulos “*Phase documentaire: la mémoire archivée*” e a “*Explication/compréhension*” ajudar-nos-ão a compreender as três fases (ou três segmentos) da operação historiográfica.

auto-designação, ou seja, aquilo que é atestado é indivisivelmente a realidade do fato passado e na qual o narrador estava presente; a auto-designação se inscreve num intercâmbio com outros protagonistas da ação; a possibilidade de suspeita abre espaço para controvérsias, no qual outros depoimentos são confrontados; acresça-se ao depoimento uma dimensão suplementar de ordem moral, destinado a reforçar sua credibilidade ou sua desconfiança; o testemunhar faz do depoimento um fato social. Enquanto o depoimento é originariamente oral, o arquivo é o momento de entrada na escritura. Os depoimentos se registram e se apresentam como *depositum* físico, espacial e social. Os arquivos são um conjunto, um corpo organizado de documentos, de registros; os arquivos são ditos resultar da atividade institucional ou profissional; a arquivagem tem como objetivo conservar, preservar os documentos produzidos pela instituição em questão. Consultando o verbete *arquivos* na *Encyclopaedia Universalis* e na *Encyclopaedia Britannica*, Paul Ricoeur salienta o caráter institucional dos arquivos:

*“os arquivos constituem o fundo documental de uma instituição; produzi-los, recebê-los ou conservá-los é uma atividade específica dessa instituição; o depósito assim constituído é um depósito autorizado por uma estipulação adjunta à que institui a entidade de que os arquivos são os fundos.”*²¹²

O caráter institucional dos arquivos constitui a noção de prova documentária.

Chama-se fase explicativa/compreensiva aquela que diz respeito aos usos múltiplos de conectores epistemológicos.²¹³ Paul Ricoeur chega a afirmar que o historiador está na situação de juiz.²¹⁴ De fato, assim como um juiz, o historiador não se limita a reunir testemunhos, arquivos, documentos. Ele julga seu valor: “*é posto numa situação real ou potencial de contestação e tenta provar que tal explicação vale mais que outra.*”²¹⁵ Essa fase já esteve imbricada na fase documentária, na medida em que não há documentação sem questão e nem questão sem projeto de explicação.²¹⁶ Explicar é responder *porque* a uma

²¹¹ Idem, p. 169.

²¹² *TN III*, p. 197.

²¹³ *MHO*, p. 169.

²¹⁴ *TN I*, p. 252.

²¹⁵ Idem, p. 252.

²¹⁶ *MHO*, p. 231.

diversidade de *por quês*. Neste sentido, há uma variedade de tipos de explicação em história.²¹⁷

A concepção da fase explicativa/compreensiva é de uma interpretação dialética: a compreensão faz apelo à explicação dadas as autonomias semânticas dos discursos.²¹⁸ Não há explicação que não se complete pela compreensão e a explicação desenvolve analiticamente a compreensão. O que há de compreender numa narrativa é a coisa do texto, e esta interpretação é dialética, ou seja, é um jogo alternado de compreensão e de explicação.²¹⁹ Essa concepção dialética entre explicar e compreender foi brilhantemente apresentada por Paul Ricoeur no ensaio *Expliquer et comprendre – sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire*²²⁰, no qual ele coloca em questão a dicotomia que assinala os termos compreensão e explicação em campos epistemológicos distintos, a saber, nas ciências da natureza e nas ciências do homem. Segundo ele, no plano epistemológico, não há dois métodos, o método explicativo, próprio das ciências da natureza, e o método compreensivo, próprio das ciências do homem. Somente a explicação é estritamente metódica. A compreensão é o momento não metódico que se compõe com o momento metódico da explicação. A compreensão precede, acompanha, cerca e torna invólucro a explicação e a explicação desvela a compreensão.²²¹ Não há dualidade, nem monismo. Paul Ricoeur entende por dialética da explicação e da compreensão os momentos relativos de um processo complexo que se pode chamar interpretação e representância.²²²

²¹⁷ Idem, p. 234.

²¹⁸ Conforme os fenômenos da linguagem como escritura em *Os fenômenos da escritura como atos de discurso*, no capítulo II.

²¹⁹ *TN I*, pp. 133–249; RICOEUR, *The contribution of French Historiography to the Theory of History*. Neste artigo, Paul Ricoeur assinala dois campos interpretativos: do pólo da compreensão, o protesto anti-positivista de historiadores da língua francesa, como Raymond Aron e Henri Morrou, e de historiadores de língua inglesa, como Collingwood; do pólo da explicação, a defesa da explicação em história a partir do modelo da explicação das ciências da natureza, como Carl Hempel.

²²⁰ RICOEUR, *Expliquer et comprendre – sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire*, pp. 126–147; *DA*, pp. 163–183.

²²¹ Idem, p. 145: “La compréhension est plutôt le moment non méthodique qui, dans les sciences de l'interprétation, se compose avec le moment méthodique de l'explication. Ce moment precede, accompagne, clôtüre et ainsi enveloppe l'explication.”

²²² Ibidem, p. 127.

Chama-se fase de representação textual a terceira fase da operação historiográfica. As variações histórica, literária, icônica e outras decorrem da respectiva intencionalidade.

Essas três fases caracterizam os três segmentos da operação historiográfica. Não se trata, pois, de estados cronologicamente distintos, mas se trata de momentos metodológicos imbricados uns nos outros. São fases de um único processo epistemológico, a saber, a operação historiográfica, nomeado por nós de o fenômeno de investigação e explicação histórica.

4.2.2.2.

O fenômeno dos laços de derivação indiretos da operação historiográfica

A intencionalidade das ciências históricas é investigar e explicar o estatuto epistemológico e a verdade referencial do acontecimento passado. Trata-se da questão do sentido e da referência, tal como está consignada em *A metáfora viva*.²²³ Conforme mencionamos, o estatuto do acontecimento e a pretensão à verdade da historiografia são apresentadas em *Tempo e narrativa* na segunda parte do primeiro tomo e na segunda seção da quarta parte do terceiro tomo. Na segunda parte do primeiro tomo, investiga-se o estatuto epistemológico do acontecimento (objeto de pesquisa das ciências históricas)²²⁴ e, em alguns capítulos da segunda seção na quarta parte do terceiro tomo, investiga-se a pretensão à verdade da historiografia. Essa via se deve ao fato de que, pelo método hermenêutico, Paul Ricoeur visa a relação entre a explicação histórica e a compreensão narrativa, segundo a qual o saber histórico (explicação histórica) procede da compreensão histórica sem nada perder de sua ambição científica. Trata-se da dialética da compreensão histórica e da explicação científica ou explicação narrativista. O fenômeno de investigação e explicação histórica é precedido pela inteligência prática da compreensão histórica, que a acompanha, a

²²³ MV.

²²⁴ O estudo do fenômeno dos laços de derivação indiretos da operação historiográfica está no terceiro capítulo – *A intencionalidade histórica* (TN I, 251–327). Nas duas seções precedentes, Paul Ricoeur apresenta, primeiro, sob o título *O eclipse da narrativa* (TN I, pp. 137–173), o distanciamento da história moderna em relação à forma expressamente narrativa, e, segundo, sob o título *Argumentos em favor da narrativa* (TN I, 175–249), diversas tentativas para estender diretamente a competência narrativa ao discurso histórico.

cerca e torna invólucro quaisquer explicações, bem como a explicação desvela a compreensão.²²⁵

Com a operação historiográfica, quaisquer ciências históricas visa a realidade do passado histórico (o acontecimento passado). O cientista-historiador visa algo que realmente aconteceu, seu sentido e sua referência. Decorre desse visar o fenômeno da tríplice ruptura epistemológica.

O fenômeno da tríplice ruptura epistemológica é oriunda da operação historiográfica. Trata-se da ruptura indireta da explicação científica ou de explicação narrativista da compreensão narrativa de quaisquer historiografias. Com essa ruptura, a explicação científica ou explicação narrativista de quaisquer historiografias torna-se autônoma.²²⁶ Tal ruptura afeta a compreensão narrativa em três níveis: no nível dos procedimentos; no nível das entidades; no nível do estatuto epistemológico do tempo histórico. No nível dos procedimentos, a historiografia nasce, como investigação, do uso específico que faz da explicação. Segundo Paul Ricoeur, “*com o historiador, a forma explicativa torna-se autônoma, torna-se o desafio distinto de um processo de autentificação e de justificação*”.²²⁷ A autonomia da explicação histórica está ligado a um trabalho de conceitualização, de busca de objetividade e limites da objetividade. No nível das entidades, a historiografia designa entidades anônimas. A autonomia das entidades de referência em história diz respeito às entidades anônimas. A historiografia parece não ter personagens, no sentido que se tinha na historiografia tradicional: a ação era relacionada a agentes, que era possível identificar; agora, surgem entidades anônimas tais como nações, sociedades, civilizações, classes sociais, mentalidades e outras. No nível do estatuto epistemológico do tempo histórico, dispersa-se numa multiplicidade de tempos: tempo curto dos acontecimentos, tempo semilongo da conjuntura, longo prazo das civilizações, tempo da memória individual e coletiva.

A tese de Paul Ricoeur quanto à epistemologia da historiografia é de que o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica. Com as perguntas qual é o estatuto epistemológico das entidades, das intrigas e do tempo construídos pelo historiador? Donde provém o trabalho de

²²⁵ Trata-se do fenômeno da fase explicativa/compreensiva. Ler em 4.2.2.1.

²²⁶ Trata-se do fenômeno de autonomia semântica do texto. Ler em 3.3.1.2.

²²⁷ *TN I*, p. 251–252.

conceitualização, as entidades e tempos múltiplos característicos da história científica?, Paul Ricoeur afirma que a história científica não tem significado em si mesma, mas somente em referência à compreensão prática, à história vivida. É desta experiência individual, grupal, societal que deriva, por meio dos procedimentos de investigação científica, das conceitualizações, das entidades e dos tempos múltiplos, indiretamente, o mundo da vida.²²⁸ De um lado, há o reconhecimento de que, com os procedimentos de investigação, com a criação de entidades e dos tempos construídos pelo historiador, há uma ruptura epistemológica com a compreensão prática da experiência cotidiana; de outro lado, essa ruptura não é total. Os procedimentos, as entidades e o tempo construídos remetem, por via indireta, aos procedimentos, às entidades e ao tempo vivido, à experiência vivida subjetiva e intersubjetivamente. Por que vias indiretas a pré-figuração é elevada à operação de configuração, para então ser dada pelo historiador a um leitor que a recebe? Esta é a questão fundamental que nos é imposta.

Decerto, a operação epistemológica da historiografia faz da história uma investigação científica; contudo, continua a visar obliquamente, seja pelos procedimentos explicativos, seja pela autonomia das entidades de referência, seja pela autonomia dos tempos, a ordem da ação, segundo seus próprios recursos de inteligibilidade e de simbolização.²²⁹ Esse visar obliquamente constitui-se pelos laços de derivação indireta, ou seja, o discurso da operação historiográfica carrega a marca indelével da pertinência participativa dos agentes concretos: tanto a derivação dos procedimentos explicativos quanto a derivação das entidades quanto ainda à temporalidade da narrativa histórica diz respeito às entidades de primeira ordem, ao mundo da vida, ao tempo histórico, enfim, à pré-compreensão do mundo e da ação (*mimese I*). De um lado, há o afastamento crescente do tempo vivido em relação ao tempo da narrativa histórica, e, de outro lado, há o índice da remessa inapagável do tempo histórico ao tempo da ação, por meio do tempo da narrativa. Segundo Paul Ricoeur, os tempos, os personagens e os acontecimentos construídos pelo historiador são construídos sobre (a partir de) a prática efetiva; as multiplicidades de tempo histórico da narrativa, de quase-intrigas e quase-

²²⁸ Idem, p. 294.

²²⁹ Ibidem, p. 258.

personagens remetem à prática efetiva.²³⁰ Esse paralelismo é nomeado de laços de derivação indireta.

É porque o historiador pertence ao campo prático sobre o qual predica que os procedimentos explicativos da história científica estão inclusos na força explicativa inclusa na armação da intriga, as entidades constituídas remetem aos personagens da narrativa e os tempos múltiplos da história à dialética temporal da narrativa.²³¹ Os traços de derivação indiretos se constituem por esta filiação indireta, ou seja, por esta referência oblíqua aos acontecimentos (quase-intriga: 2.^a guerra mundial), às entidades (quase-personagem: povo, nação, classes, comunidades) e ao tempo vivido (quase-acontecimento). As categorias narrativas na história científica são analógicas. Não são unívocas (mesmas), nem equívocas (outras). Todavia, a intenção do historiador é referir-se ao fato passado como real.

O que autoriza um historiador, quando constrói sua narrativa, a pensar a construção como reconstrução? Com essa pergunta, adentramos no plano hermenêutico do discurso epistemológico da historiografia. É a transição entre composição textual (*mimese* II) e refiguração da experiência cotidiana (*mimese* III), operada pelo ato de leitura.²³² Não se trata mais da hermenêutica da possibilidade da composição textual histórica (*mimese* II) e nem se trata mais do fenômeno de composição textual. Trata-se das condições de possibilidade do discurso epistemológico da historiografia. A historiografia como pesquisa detém-se nos ancoradouros como coisa dada. A historiografia como intenção ultrapassa o historiador-cientista. O historiador-cientista faz uso dos instrumentos de pensamento, sem se interrogar sobre suas condições de possibilidade.²³³ Perguntar por suas condições de possibilidade já não é da alçada da epistemologia da composição historiográfica. Essa reflexão é do historiador-filósofo. Trata-se da intencionalidade última do historiador, pela qual, fundamentando-se, procura alcançar o que foi mas já não é.²³⁴

²³⁰ As expressões quase-acontecimento, quase-personagem e quase-intriga são possíveis à luz da categoria de representância, conforme se verá em *A identidade narrativa da historiografia como dialética da representância*.

²³¹ Idem, ibidem, p. 274.

²³² *TN I*, p. 117.

²³³ *TN III*, p. 180.

²³⁴ Idem, pp. 9–12.

4.2.3.

A identidade narrativa da historiografia como *dialética da representância*

Conforme descrevemos, a quarta parte de *Tempo e narrativa* se divide em duas seções: a primeira consagra-se à aporética da temporalidade²³⁵; a segunda consagra-se ao estatuto filosófico da refiguração. A aporética da temporalidade se desenvolve em três capítulos e o estatuto filosófico da refiguração se espalha em sete capítulos. No segundo, a análise comporta duas sub-partes nitidamente delimitadas por seu tema e método: a primeira sub-parte (cinco primeiros capítulos) se consagra à hermenêutica da refiguração; a segunda sub-parte (dois últimos capítulos) consagra-se à hermenêutica da condição histórica.²³⁶

O objeto de nossa investigação se apresenta na sub-parte consagrada à hermenêutica da refiguração, ou seja, na sub-parte consagrada à análise da intencionalidade histórica e na análise da intencionalidade fictícia.²³⁷ A tese de Paul Ricoeur nesta sub-parte é de que a configuração narrativa (narrativa histórica e a narrativa ficcional tomadas conjuntamente) se encerra numa refiguração da experiência cotidiana. Sendo nossa investigação acerca da identidade narrativa do discurso historiográfico (da intencionalidade histórica)²³⁸, nossa leitura, primeiro, da dissemetria entre as intenções da história e da ficção, e, segundo, da relação de complementaridade entre história e ficção, terá a tarefa de trazer à tona a identidade narrativa da historiografia.

A identidade narrativa da historiografia resulta de empréstimos do entrecruzamento da narrativa histórica e da narrativa ficcional. Entrecruzamento aqui significa que a intencionalidade histórica só se efetua incorporando à sua intenção recursos da intencionalidade da ficção. Desse intercâmbio da intencionalidade histórica e dos recursos da intencionalidade fictícia é que nasce a identidade da historiografia²³⁹, como *categoria da representância*.

²³⁵ Ibidem, p. 9: “... ela é obra de um pensamento reflexivo especulativo que, na realidade, desenvolveu-se sem relação com uma teoria determinada da narrativa.”

²³⁶ O mesmo método se nos apresenta Paul RICOEUR em *Avertissement de La mémoire, l’histoire, l’oubli*, a saber, a fenomenologia da memória, a epistemologia do conhecimento histórico e a hermenêutica da condição histórica. Conferir em *MHO*, pp. I-IV.

²³⁷ Análise da dissemetria entre as intenções respectivas da historiografia e da narratologia e análise da relação de complementaridade entre a historiografia e a narratologia.

²³⁸ Ler 1.2. Objeto e itinerário metodológico.

4.2.3.1.

Procedimentos analíticos dissimétricos da narrativa histórica e da narrativa ficcional

Paul Ricoeur defende a tese de que tanto as análises consagradas à história quanto as análises consagradas à ficção são procedimentos de refiguração (*mimese* III). O que autoriza a história, quando constrói sua narrativa, a pensar a construção como reconstrução? O que autoriza a ficção, quando constrói sua narrativa, a pensar a construção como poder-ser? Se, de um lado, se abre a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção quanto ao alcance referencial e à pretensão de verdade de cada um dos modos narrativos, de outro lado, ambas as análises são procedimentos de refiguração da experiência humana pela narrativa, seja histórica seja fictícia.

Como nos referimos noutra parte [4.2.], a diferença fundamental entre as análises consagradas à historiografia e as análises consagradas à narratologia são as intenções e a referência. Na primeira, a intenção é referir-se a um passado real, ou seja, a um passado efetivamente acontecido; na segunda, a intenção é referir-se a um poder-ser, ou seja, a um passado, presente e futuro possíveis. Em conformidade com nosso objetivo, primeiro, respeitaremos a dissimetria entre os procedimentos de análise historiográfica e de análise narratológica.²⁴⁰

A história revela sua capacidade criadora de refigurar o tempo. Vemos isso pela invenção e pelo uso de certos instrumentos de pensamento, tais como o calendário, a idéia de seqüência das gerações, a idéia do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores e pelo recurso a arquivos, documentos e rastros. É notável, pois, o fato de que esses instrumentos de pensamento arrolam nosso tempo histórico, são conectores entre o tempo vivido e o tempo universal.²⁴¹

Diferentemente do tempo histórico, em que – conforme assinalamos – se vinculam conectores como instituição do calendário, tempos dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, seqüência das gerações, documentos e rastros, cada experiência temporal fictícia desdobra seu mundo, e cada um desses mundos

²³⁹ *TN III*, pp. 173–177.

²⁴⁰ *Idem*, pp. 179–239.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 179: “o lugar do tempo histórico entre o tempo fenomenológico e o tempo que a fenomenologia não consegue constituir, quer o chamemos de tempo do mundo, tempo objetivo ou tempo vulgar.”

é singular, incomparável. No tempo fictício, o narrador é artesão de ficção, e, conseqüentemente, sua obra é estatutária da irrealidade da experiência do tempo. Irrealidade, para Paul Ricoeur, significa que as marcas temporais dessa experiência não exigem vinculação à uma única trama espaço-temporal constitutiva do tempo cronológico.²⁴² Segundo Paul Ricoeur, “*nesse sentido, da epopéia ao romance, passando pela tragédia e pela comédia antigas e modernas, o tempo da narrativa de ficção está livre das coerções que exigem revertê-lo ao tempo do universo.*”²⁴³ Pela ficção, ao artesão pode explorar os recursos do tempo fenomenológico, pois a ficção se configura de variações imaginativas.

Há, portanto, um paralelismo e um contraste entre as variações imaginativas produzidas pela ficção e o tempo fixo constituído pela reinscrição do tempo vivido sobre o tempo do mundo no plano da história. A análise historiográfica e a análise fictícia diferem no modo com que intenciona e narra a experiência vivida. A primeira sustenta-se por uma intenção de verdade histórica, em virtude da qual as construções do historiador têm a ambição de ser reconstruções do que um dia foi real; a segunda é uma reserva de variações imaginativas aplicadas à experiência vivida. Paul Ricoeur defende que, não obstante às respectivas análises de refiguração da experiência humana, há entre a história e a ficção uma relação de complementaridade.

4.2.3.2.

Relação de complementaridade entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional

Na análise precedente, mostramos a dicotomia da intenção própria de cada modo narrativo, seja da análise da historiografia seja da análise da narratologia. Embora distintas, as análises da historiografia e as análises da narratologia refiguram (*mimese* III) a experiência vivida.

Com relação à análise da história, que significa o termo “*real*” aplicado ao passado histórico?²⁴⁴ Que estamos querendo dizer quando afirmamos que

²⁴² Ibidem, p. 218.

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ A crítica do conceito ingênuo de “realidade” aplicada à passadidade do passado exige, para Paul Ricoeur, uma crítica simétrica do conceito de “irrealidade”, não menos ingênuo. Tenhamos presente, primeiramente, que, assim como *representância* ou lugar-tenência significa explicação dialética do passado (TN III, p. 274: *representância* significa ora redução ao Mesmo, ora reconhecimento da Alteridade, ora apreensão analogizante), *significância* exprime uma análise

algo “*realmente*” aconteceu? Com relação à historiografia, uma sólida convicção anima o historiador:

*“diga-se o que se disser do caráter seletivo da coleta, da conservação e da consulta dos documentos, de sua relação com as questões que lhes propõe o historiador, ou até das implicações ideológicas de todas essas manobras – o recurso aos documentos marca uma linha divisória entre a história e ficção: ao contrário do romance, as construções do historiador visam ser reconstruções do passado. Por meio do documento e da prova documental, o historiador está submetido ao que, um dia, foi. Ele tem uma dívida para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que o transforma num devedor insolvente.”*²⁴⁵

A tese de Paul Ricoeur é, todavia, de que o historiador refigura o tempo vivido (*mimese* III), que, segundo ele, pode ser transposto como pensado sob o signo do Mesmo, do Outro, do Análogo. Sob o signo do Mesmo, a *mimese* III acontece com a reafirmação do passado no presente. Isso significa subtrair a distância temporal. É uma concepção identitária do passado no presente. Há uma concepção identitária do pensamento do passado.²⁴⁶ O passado é o Mesmo no presente. Sob o signo do Outro, a *mimese* III acontece com a ontologia negativa do passado. Isso significa que a composição textual histórica é uma alteridade, o Outro, o não-dito. Sob o signo do Análogo, a *mimese* III acontece como uma abordagem tropológica. Isso significa que a história é semelhante ao que é conjugado do Mesmo e do Outro. É uma semelhança entre relações. A essa refiguração do tempo vivido feita pelo historiador, Paul Ricoeur chama *representância*. *Representância* ou *lugar-tenência* significa ora redução ao Mesmo, ora reconhecimento da Alteridade, ora apreensão analogizante. Os signos do Mesmo, do Outro e do Análogo constituem a dialética da *categoria da representância*.

Observa-se que o historiador refigura a experiência vivida:

fictícia da realidade, cujas funções são relevante e transformante: “*relevante, no sentido de que revela características dissimuladas, mas já delineadas no coração de nossa experiência praxica; transformante, no sentido de que uma vida assim examinada é uma vida mudada, uma vida diferente.*” (TN III, p. 274)

²⁴⁵ TN III, p. 242.

²⁴⁶ Idem, p. 244: “*Para elevar essa sugestão à condição de teoria e formular uma concepção exclusivamente identitária do pensamento do passado, é preciso: a) submeter a noção de acontecimento a uma revisão radical, ou seja, dissociar sua face ‘interior’, que podemos chamar de pensamento, de sua face ‘exterior’, a saber, as mudanças físicas que afetam os corpos; b) em seguida, considerar o pensamento do historiador, que reconstrói uma cadeia de acontecimentos,*

“o enigma da passadidade é simplesmente transferido do acontecimento relatado à testemunha que o relata. O ter-sido é problemático, na medida exata em que não é observável, quer se trate do ter-sido do acontecimento, quer se trate do ter-sido do testemunho. A passadidade de uma observação no passado não é ela própria observável, mas memorável. Para resolver esse enigma é que elaboramos a noção de representância ou de lugar-tenência, querendo dizer com isso que as construções da história têm a ambição de ser reconstruções que respondem à demanda de um face-a-face.”²⁴⁷

A reinscrição da experiência vivida, do fato acontecido, continua sendo a especificidade do modo referencial da historiografia. Trata-se de uma tese realista e do papel da imaginação na narrativa histórica no plano da configuração.

Uma mediação do imaginário diz respeito à consideração do ter-sido, como não observável.²⁴⁸ O imaginário interfere na consideração do ter-sido. Para o historiador, o realismo é espontâneo. As categorias do Mesmo, do Outro e do Análogo exprimem as variações do ter-sido do imaginário. Segundo Paul Ricoeur, essas variações são traços do imaginário, cuja unidade é o fato de conferir à intenção do passado um preenchimento quase intuitivo. De outro lado, esses traços do imaginário podem enriquecer-se de mediações imaginárias, donde o entrecruzamento entre a ficção e a história. A mesma obra pode ser lida como um livro de história e/ou como um admirável romance: *“em nome desse direito, os historiadores antigos não hesitavam em pôr na boca de seus heróis discursos inventados que os documentos não garantiam, mas apenas tornavam plausíveis.”*²⁴⁹

Outra mediação do imaginário diz respeito aos acontecimentos que uma comunidade histórica considera ora marcantes ora indignantes:

*“esses acontecimentos (...) recebem sua significação específica de seu poder de fundar ou de reforçar a consciência de identidade da comunidade considerada, sua identidade narrativa, bem como a de seus membros. Esses acontecimentos geram sentimentos de uma intensidade ética considerável, quer no registro da comemoração fervorosa, quer no da execração, da indignação, do lamento, da compaixão ou até do apelo ao perdão.”*²⁵⁰

como uma maneira de re-pensar o que foi uma vez pensado; c) enfim, conceber esse re-pensar como numericamente idêntico ao primeiro pensar.”

²⁴⁷ Ibidem, pp. 273-274.

²⁴⁸ Ibidem, pp. 179-216. O tempo do calendário; a sequência das gerações: contemporâneos, predecessores e sucessores; arquivos, documento e rastro.

²⁴⁹ Ibidem, p. 323.

²⁵⁰ Ibidem, p. 324.

Com relação à análise fictícia, a tese de Paul Ricoeur é, portanto, de que a refiguração do texto se dá pela *dialética da significância*. Isso equivale, na análise historiográfica, a tese de que a refiguração do passado se dá pela *dialética da representância*. Sem o dinamismo próprio do fenômeno da leitura, o mundo do texto continua sendo uma transcendência na imanência (mundo do texto, seja histórico, seja fictício). Só pela mediação do fenômeno dialético da leitura que a configuração encerra seu percurso, ou seja, mediado pelo fenômeno dialético da leitura, a *dialética da distanciação e da apropriação* refigura (*mimese III*) a configuração do texto (*mimese II*). Segundo Paul Ricoeur, depreendem-se três momentos estruturais na dialética do fenômeno da leitura: a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; a inscrição dessa estratégia na configuração literária; a resposta do leitor, a interpretação.²⁵¹

A função da análise historiográfica é de *representância* do conhecimento do passado, e se dá pela *dialética da representância*; a função da análise fictícia é de *significância* da realidade, e se dá pela *dialética da aplicação*. Ambas dialéticas – *representância* e *significância* – constituem a teoria geral dos efeitos.²⁵² É somente pela mediação da leitura é que a obra histórica obtém a representância, assim como é somente pela mediação da leitura é que a obra narratológica obtém a *significância*. Neste sentido, podemos afirmar que a *representância* está para a história e a *significância* está para a ficção. Na

²⁵¹ Dialética do evento e da significação e a dialética do sentido e da referência (aplicação/apropriação). No primeiro momento da estrutura dialética do fenômeno da leitura, considera-se a estratégia fomentada pelo autor implicado e dirigida para o leitor. O único tipo de autor não é o autor real, objeto da biografia, mas o autor implicado. De um lado, a obra foi configurada pelo autor implicado. Há regras de composição, escolhas de normas que fazem do texto a obra de um enunciador. A obra foi produzida por uma pessoa. Relacionar uma totalidade unificada é relacionar as regras de composição, as escolhas e as normas que fazem o texto, o estilo do narrador e o autor implicado. De outro lado, o leitor real, que pressente o seu papel na medida em que apreende intuitivamente a obra como uma totalidade unificada. O segundo momento da estrutura dialética do fenômeno da leitura é a inscrição da estratégia fomentada pelo autor implicado na configuração literária. O terceiro momento da estrutura dialética do fenômeno da leitura é a resposta do leitor. Dialética aqui significa que o leitor real se acrescenta ao texto, como um complemento; significa que, na configuração literária, há o texto e seu leitor real. A dialética entre o texto e seu leitor real é paradoxal, à medida que está a meio caminho entre uma análise que dá ênfase principalmente ao lugar de origem da estratégia da persuasão – o autor implicado – e uma análise que institui o ato de ler como instância suprema de significação. A dialética combina uma passividade e uma atividade que permitem designar como recepção do texto a própria ação de lê-lo. De um lado, o autor implicado configurou o texto e o fez obra, compartilha com ele um repertório familiar quanto ao gênero literário, ao tema, ao contexto histórico; de outro lado, o leitor real empenha-se em figurar os personagens e acontecimentos relatados pelo texto. O texto apresenta lacunas, lugares de indeterminação; o texto é um correlato intencional de uma sequência de frases, de que falta fazer um todo. A obra resulta, portanto, da interação entre o texto e o leitor.

²⁵² *TN III*, pp. 176–177.

primeira, a passagem da configuração (*mimese* II) à refiguração (*mimese* III) exige o confronto entre dois mundos: o mundo histórico do texto e o mundo real do leitor (*dialética da representância*); na segunda, a passagem da configuração (*mimese* II) à refiguração (*mimese* III) exige o confronto entre dois mundos: o mundo fictício do texto e o mundo real do leitor (a *dialética da significância*):

“só na leitura o dinamismo de configuração encerra o seu percurso. E é para além da leitura, na ação efetiva, instruída pelas obras consagradas, que a configuração do texto se transforma em refiguração. Retornamos, assim, à fórmula pela qual definíamos mimese III (...) assinala a interseção entre mundo do texto e mundo do auditor ou do leitor, a intersecção entre mundo do configurado pelo poema e mundo no interior do qual a ação efetiva se desenrola e desdobra a sua temporalidade específica.”²⁵³

4.2.3.3.

Refiguração conjunta: a historiografia como meio literária e meio científica

Lembre-mo-nos de que Paul Ricoeur defende a tese de que tanto as análises historiográficas quanto as análises narratológicas são refigurações da realidade. De um lado, decerto, as respostas oferecidas pela história e pela ficção são heterogêneas; de outro lado, há um paralelismo entre a *representância* do mundo histórico do texto e o mundo efetivo do leitor e a *significância* do mundo fictício do texto e o mundo efetivo do leitor, a partir do qual se podem afirmar dois procedimentos de refiguração da realidade. Essa confluência se dá, pois, no ato de leitura.

A leitura torna-se um drama de concordância discordante. Essa concordância discordante revela uma falta de determinabilidade e um excesso de sentido, na medida em que o texto revela-se inesgotável à leitura, como se a leitura revelasse no texto um lado não escrito: “o texto parece, assim, alternadamente em carência e em excesso relativamente à leitura.”²⁵⁴ Esses são, diz Paul Ricoeur, traços dialéticos, que tomados em conjunto fazem da leitura uma experiência viva: “esse equilíbrio é o efeito instável do dinamismo pelo qual, diria eu, a configuração do texto em termos de estrutura se iguala à refiguração

²⁵³ Ibidem, pp. 275–276.

²⁵⁴ Ibidem, p. 290.

feita pelo leitor em termos de experiência.”²⁵⁵ Essa experiência viva nomeia-a Paul Ricoeur *dialética da distanciação e da apropriação* (interpretação).²⁵⁶ O axioma é que, de um lado, a história se serve da ficção para refigurar a experiência vivida e que, por outro lado, a ficção se serve da história para refigurar a experiência vivida.²⁵⁷

A identidade narrativa da historiografia se baseia no entrecruzamento entre a intencionalidade histórica e a intencionalidade fictícia. Há nesse entrecruzamento uma sobreposição recíproca:

“a história é quase fictícia, tão logo a quase presença dos acontecimentos colocados ‘diante dos olhos’ do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passadidade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história.”²⁵⁸

Retomemos o momento quase fictício da intencionalidade histórica. Trata-se de que a intencionalidade histórica, na e pela leitura, toma empréstimo da intencionalidade fictícia. O ter-sido da intencionalidade histórica não é observável. A categoria *dialética da representância* mostra isso. A ambição da historiografia de que suas reconstruções respondam a um face-a-face não ultrapassou essa tensão dialética: ora redução ao Mesmo, ora reconhecimento do Outro, ora apreensão analogizante. O ter sido da passadidade do passado equivale ao ver...como, ao ser...como, ao como...se. O lugar do imaginário é assinalado pelo caráter do ter-sido não observável. Uma mediação do imaginário é a reinscrição do fato acontecido como sendo a especificidade do modo referencial da historiografia. O lugar da imaginação da narrativa histórica é o lugar não observável.²⁵⁹

A identidade discursiva da narrativa historiográfica é, pois, a tensão do Mesmo, do Outro e do Analogizante. O leitor oscila entre o Mesmo e o Outro. Dada a fusão de horizontes entre as expectativas criadas pelo texto (Mesmo) e as expectativas criadas pela leitura (Outro), culmina-se uma relação Analogizante.

²⁵⁵ Ibidem, p. 291.

²⁵⁶ Ibidem, p. 176. Teoria geral dos efeitos.

²⁵⁷ Ibidem, p. 318.

²⁵⁸ Ibidem, p. 329.

4.3.

À guisa de conclusão capitular

Nossa proposta alcança boa parte de seu percurso. Nosso objetivo é a extensão da identidade narrativa da historiografia como *dialética da representância* à identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira.

Decerto, do ponto de vista de uma hermenêutica da intencionalidade narrativa, nossa estratégia redacional visou a explicitação da identidade narrativa da historiografia. De um lado, quanto ao método, procuramos seguir um itinerário, que, no entender de Dominique Folscheid e Jean-Jacques Wunenburger, é *leitura aprofundada*.²⁶⁰ À medida que nossa pesquisa avançava, fomos apresentando sumariamente a análise textual e temática da obra. Pretendíamos com isso situarmo-nos e situar nosso leitor quanto ao caráter arquitetônico da análise convergente de horizontes filosóficos distintos assumida pelo autor. De outro lado, quanto à nossa delimitação de leitura²⁶¹, duas preocupações delinearão nosso incurso: a primeira diz respeito às condições de possibilidade de uma composição textual histórica; a segunda diz respeito à identidade narrativa do discurso epistemológico da historiografia. Essas duas preocupações possibilitaram nosso recorte na obra ricoeuriana: a trilogia mimética e sua aplicação à narrativa histórica. Dadas a densidade e a tecnicidade da abordagem desses temas feitas pelo hermeneuta, o segundo e o terceiro capítulos foram propedêuticos ao terceiro: no segundo, consideramos importantes certa compreensão de categorias caras ao nosso autor, como texto, tecer da intriga, concordância discordante; no terceiro, sua atenção à problemática hermenêutica do discurso oral e do discurso escrito (oralidade e escritura); e, finalmente, a identidade narrativa da historiografia como *dialética da representância*.

Cabe-nos, agora, avançar para a hipótese de nossa pesquisa, a saber, que a *dialética da representância* como identidade narrativa da historiografia estende-se

²⁵⁹ Ibidem, pp. 179–216.

²⁶⁰ FOLSCHIED, Dominique & WUNENBURGER, Jean-Jacques. *Metodologia filosófica*. Tradução de Paulo Neves. 2.^a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 21: “É uma leitura intensa, na qual pomos toda a nossa atenção, esquadrinhando as palavras para nelas descobrir as noções, as frases para evidenciar as teses, os parágrafos para esclarecer os objetos de discussão, dos pressupostos, a argumentação e as implicações.”

²⁶¹ SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia de trabalho científico*. 22.ª edição. São Paulo: Cortez, 2002, p. 60. Em nosso caso, a análise interpretativa diz respeito aos argumentos empregados e sua aplicação à historiografia literária.

à identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira: primeiro, porque o saber histórico literário brasileiro seria incompreensível se não viesse a configurar e reconfigurar o que, na ação humana, já figura²⁶²; segundo, porque o saber histórico literário brasileiro procede da compreensão narrativa, visando obliquamente seus ancoradores; terceiro, porque se abre um novo modo de interpretar uma historiografia literária brasileira, a partir do acolhimento e da inovação recebidos da tradição.

Já estamos, pois, diante de nossa próxima empreitada: a identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira, a partir de aportes da hermenêutica da identidade narrativa da historiografia, em *Tempo e narrativa*. Uma leitura... de Ricoeur... desde Ricoeur.

²⁶² *TNI*, p. 101.